

## PROJETO de RESOLUÇÃO N.º 566/XIII/2.ª

**Recomenda ao Governo um diálogo sério com os parceiros sociais no sentido de alcançar um acordo de concertação social de médio prazo sobre o Crescimento, Competitividade e Emprego que inclua a atualização do Salário Mínimo Nacional**

### Exposição de Motivos

Desde a sua instituição em Portugal, o Salário Mínimo Nacional tem representado um importante instrumento para combater a pobreza e garantir a paz e a coesão social.

Nos termos da CRP, o estabelecimento e a atualização do Salário Mínimo Nacional tem em conta, entre outros fatores, as necessidades dos trabalhadores, o aumento do custo de vida, o nível de desenvolvimento das forças produtivas, as exigências da estabilidade económica e financeira e a acumulação para o desenvolvimento.

Ao longo dos anos, a legislação e a ação dos governos procuraram responder a este imperativo constitucional atribuindo ponderações diferentes aos diversos fatores em função da evolução do quadro económico e social. Procurou-se também, desde muito cedo, inserir a atualização do Salário Mínimo na articulação de uma política de rendimentos, nomeadamente por intermédio da consulta aos Parceiros Sociais.

Por essa razão, desde há muito que a lei refere ainda que a fixação deste valor de atualização deve ser encontrado ouvida a Comissão Permanente da Concertação Social. Apesar de isto não significar a obrigação de alcançar um acordo prévio, aponta claramente uma via de concertação como instrumento preferencial na atualização do salário mínimo.

Porém, com o atual Governo assistimos a uma inversão de princípio e de paradigma.

Desde logo, o Governo não tem mostrado grande respeito pela Concertação Social. De facto, em 2015 o Governo confrontou os parceiros sociais com uma decisão já tomada à partida. Em 2016 prepara-se para repetir a mesma abordagem, que se traduz num método que substitui a concertação entre parceiros sociais pela concertação entre os partidos que compõem a maioria do Governo. Deste modo, substitui-se a concertação social pela concertação parlamentar, passando a atualização do salário mínimo nacional a ser uma função da satisfação de necessidades partidárias da coligação e não dos fatores ligados à política de rendimentos ou à evolução do quadro económico e social.

É, por isso, muito importante que se possa regressar rapidamente ao paradigma e ao princípio que, desde cedo, marcaram a política de fixação do Salário Mínimo Nacional, recentrando-a na sua sede por excelência, que é o Conselho Permanente de Concertação Social, e reinserindo-a numa agenda económica e social de médio prazo que deve ser construída preferencialmente com os Parceiros Sociais.

Este objetivo é tanto mais relevante quanto existem circunstâncias nacionais e de envolvente externa que reforçam a importância de alcançar um acordo de médio prazo que mobilize as forças sociais e económicas do País.

Em primeiro lugar, deve-se ter presente que a economia portuguesa, em recuperação desde 2014, precisa de intensificar o seu ritmo de crescimento e de convergência com as economias da zona Euro. Tal propósito depende claramente do nível de confiança entre os agentes económicos. Mas depende também da capacidade para atrair mais e melhor investimento, bem como da oportunidade para disputar mais intensamente os mercados externos. Um tal quadro de crescimento e competitividade reforça-se apostando num clima de estabilidade e numa agenda reformista, para cuja execução é extraordinariamente importante o compromisso de médio prazo entre os Parceiros Sociais.

Em segundo lugar, as oportunidades no quadro externo que têm estado associadas ao regime de baixas taxas de juro e baixo preço do petróleo, e que têm ajudado a promover a procura interna e as exportações, enfrentam crescentemente perspectivas menos favoráveis. Num tempo de maior incerteza, associado a perspectivas de crescimento global mais moderado e de menor expansão do comércio internacional, os desafios que se colocam à economia portuguesa reforçam a necessidade de intensificar a agenda reformista que nos prepare melhor para este novo ciclo que se avizinha.

Por todas estas razões, um acordo de médio prazo sobre matérias como Crescimento, Competitividade e Emprego, permitirá reforçar as condições de confiança no País e adotar as medidas mais adequadas à promoção de um desenvolvimento sustentado e à construção de uma maior paz social.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados abaixo assinados do Partido Social Democrata propõem que a Assembleia da República recomende ao Governo que encete um diálogo sério e rigoroso com os Parceiros Sociais, visando a celebração de um acordo de médio prazo centrado nas estratégias de crescimento, competitividade e emprego, e que inclua a atualização do Salário Mínimo Nacional num contexto alargado de uma política de rendimentos e de uma política de combate às desigualdades e à pobreza que assegure e promova a paz social e o desenvolvimento.

Palácio de S. Bento, 6 de dezembro de 2016

Os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD,